

Roberta Monteiro
Raupp¹

Denise Leite Maia
Monteiro²

Kátia Sydronio
de Souza³

João Aprígio
Guerra de
Almeida⁴

Refletindo sobre os híbridos: aleitamento materno e gravidez na adolescência

Reflecting on hybrids: breastfeeding and teenage pregnancy

> RESUMO

Objetivo: O estudo tem como objetivo propor uma reflexão sobre a prática do aleitamento materno entre mães adolescentes no Brasil. **Fonte e síntese de dados:** Revisão bibliográfica sobre o tema, à luz do referencial teórico de Bruno Latour (1994), onde determinantes biológicos e condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais interagem, compondo novo cenário de acordo com o contexto abordado. Ao longo do tempo, o papel da mulher na sociedade passou por modificações, assim como o conceito de adolescência. Gravidez e maternidade na adolescência, antes vista como natural, passa a ser conceituada como risco. Nesse mesmo enfoque, o ato de amamentar foi durante muito tempo caracterizado como natural e exclusivamente biológico. **Conclusão:** O olhar sobre a interface desses dois fenômenos faz-se objeto deste estudo desde seu primeiro relato de referência no Brasil no século XVI até a modernidade.

> PALAVRAS-CHAVE

Aleitamento materno, gravidez na adolescência, cultura.

> ABSTRACT

Objective: This study presents an in-depth investigation of breastfeeding among teenage mothers in Brazil. **Data source and synthesis:** a bibliographic review of the work of Bruno Latour, specifically his theoretical research (1994), in which he examines how biological, social, economic, political, and cultural circumstances interact, building up a new scenario according to the context under discussion. The ways in which women actively participate in Brazilian society have been changing during the past decades, together with the concept of the teenage years. Once viewed as natural, teen pregnancy and motherhood are now rated as high-risk actions. Similarly, breastfeeding was seen as natural and essentially biological in the past. **Conclusion:** This study offers an overview of these events from the first historical report in Brazil in the XVI century, through modern times.

> KEY WORDS

Breastfeeding, teen pregnancy, culture.

¹Mestrado em Ciências - Informação e Comunicação em Saúde – Icict/Fiocruz, Especialista em Comunicação e Saúde – Icict/Fiocruz, Assessora de Comunicação/Jornalista do Instituto Fernandes Figueira – IFF/Fiocruz

²Doutorado e Mestrado em Ciências – Área da Saúde da Criança e da Mulher – IFF/Fiocruz – RJ, Professora Titular do Centro Universitário Serra dos Órgãos - Teresópolis – RJ, Professora Adjunta da Uerj – RJ, Vice-presidente da Região Sudeste da Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia da Infância e Adolescência (Sogia-BR)

³Doutorado em Ciências – Área da Saúde da Criança e da Mulher – IFF/Fiocruz – RJ, Vice-diretora de Pesquisa do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), Mestrado em Enfermagem – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - RJ

⁴Doutorado em Ciências – Área da Saúde da Criança e da Mulher – IFF/Fiocruz – RJ, Mestrado em Microbiologia de Alimentos - Universidade Federal de Viçosa, Coordenador do Centro Latino Americano de Tecnologia e Informação em Bancos de Leite Humano, Coordenador da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (Rede BLH-BR), Consultor da Área Técnica da Saúde da Criança do Ministério da Saúde, Professor do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde - Icict/Fiocruz

> INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o ato de amamentar os filhos e a adolescência adquiriram diferentes significados e conceitos, sendo influenciados fortemente por fatores socioculturais. O conceito de adolescência, enquanto período situado entre a infância e a idade adulta, tem origem recente na história social do Ocidente, e seu sentido atual só foi definitivamente consolidado no final do século XIX¹, sendo, portanto, uma invenção da modernidade. Tanto na dimensão biológica quanto na social, o aleitamento materno e a gravidez na adolescência podem ser compreendidos como híbridos natureza-cultura, onde determinantes biológicos e condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais interagem, compondo novos cenários ao longo da história do Brasil.

Gravidez e maternidade na adolescência, antes vista como natural, passa a ser conceituada como risco. Da mesma forma, questões relacionadas à prática da amamentação natural também envolvem diferentes atores e grupos sociais, variando com o contexto histórico.

O olhar sobre a interface desses dois fenômenos faz-se objeto deste estudo, que lança um olhar sob a perspectiva histórica a respeito da temática, desde seu primeiro relato de referência no Brasil no século XVI até a modernidade, no intuito de entender sobre a construção social desses conflitos.

O estudo vai ao encontro do que postula Latour², que não admite a separação de dois conjuntos de leis: as leis transcendentais – que determinam o curso dos fenômenos naturais – e as leis imanentes – que condicionam o comportamento humano e os fatos sociais. Considerando os conceitos de aleitamento materno e adolescência como híbridos natureza-cultura, este estudo pretende reunir bibliografia acerca da temática, a fim de ampliar a reflexão e o debate nessa abordagem.

MÉTODOS <

Este estudo, de abordagem qualitativa, trata de pesquisa de revisão bibliográfica de perspectiva histórica. Foi realizado no período de abril a junho de 2011, por meio de consultas em dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e revistas, publicados a partir da década de 1980, e analisados à luz do referencial teórico de Bruno Latour. Foi construído com base na Teoria Ator-Rede², que se refere à formalização de um método de estudo para pensar e tratar a realidade e que engloba um conjunto de fatores heterogêneos, composto por objetos, pessoas, interesses políticos e sociais. Diante dessa perspectiva, os fatos sociais e os fenômenos aleitamento materno e gravidez na adolescência são trabalhados neste estudo, levando em conta a sua hibridização, e relatados em quatro momentos marcantes e distintos ao longo da história brasileira.

DISCUSSÃO E RESULTADOS <

ASSIM COMEÇA NOSSA HISTÓRIA

A maternidade na adolescência e o conflito em torno das questões relacionadas ao aleitamento materno não constituem fato novo na história da humanidade. Durante séculos, a vida das mulheres foi marcada pela maternidade, seguindo ordens impostas pelos diversos discursos sobre as funções maternas³. Caldwell⁴ chama atenção para alguns casos famosos de gestação em adolescentes, como o caso bíblico que descreve Maria que, jovem adolescente, concebeu e deu à luz ao menino Jesus de Nazaré.

Pinheiro⁵ destaca que gravidez e maternidade, assim como os demais eventos corporais, como o ato de amamentar, não são apenas classificados como atividade biológica ou natural, mas constituem eventos culturais sub-

metidos à ordem simbólica vigente no grupo social em que ocorrem.

A história da amamentação no Brasil é produto resultante do confronto cultural vivido entre os índios nativos, os colonizadores e imigrantes europeus e os escravos africanos que foram trazidos para cá a partir da segunda metade do século XVI⁶. O primeiro relato sobre sexualidade na adolescência no Brasil data do século XVI, logo após a descoberta em Porto Seguro.

Segundo Bueno⁷, comentando o que escreveu um dos navegantes da frota de Pedro Álvares Cabral, pelo menos 10% dos tripulantes eram crianças e adolescentes entre nove e 15 anos, embarcados como grumetes e a quem cabiam as piores tarefas das embarcações, que com frequência sofriam sevícias sexuais, devido às longas viagens e por não ser permitida a presença de mulheres a bordo.

A carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal contém o que certamente pode ser considerado o primeiro relato sobre amamentação no Brasil: “com um menino ou menina ao colo, atado com um pano (não sei de quê) aos peitos (...)”⁸. O ato de aleitar diretamente ao seio, cultivado pelas jovens integrantes da sociedade tupinambá foi percebido pelos portugueses como um comportamento instintivo e natural, impróprio para o homem civilizado, cujo padrão de referência comportamental circunscrevia-se aos hábitos e costumes da cultura europeia⁹.

Os valores entre as civilizações eram totalmente diferentes, como descreve Mellati¹⁰:

Entre as índias, na primeira menstruação, essas ficavam expostas em cestas suspensas na porta das ocas e todo um ritual de fertilidade era realizado. A pulseira branca identificava sua virgindade até que a mesma decidisse ao contrário, quando, como e com quem quisesse. Os meninos tinham também toda uma formação com um encontro de vários dias com os guerreiros das tribos, onde as índias mais velhas participavam para orientarem como lidar com as mulheres¹⁰.

Nos séculos XVI e XVII, o hábito do aleitamento materno entre as índias Tupinambás, que

habitavam diferentes pontos do litoral brasileiro, não havia sofrido influência europeia. A sociedade Tupinambá administrava de forma harmoniosa o duplo papel da mulher jovem como nutriz e trabalhadora, que carregava seu bebê 24 horas por dia atado ao seu corpo, praticando amamentação sob livre demanda.

“A literatura traz três importantes aspectos comuns às índias brasileiras, que cultivavam o hábito da amamentação: o regime alimentar do lactente, a duração do aleitamento materno e a compatibilidade da dupla jornada da mulher”¹¹. Com a vinda dos europeus a terras brasileiras, muitos dos hábitos indígenas sofreram mudanças. Os portugueses traziam o costume de não praticar o aleitamento materno cultivado na cultura europeia, onde teólogos e filósofos teciam estratégias para desencorajar o aleitamento materno como forma de repressão sexual à mulher, pois o ato de amamentar era visto como fonte de prazer para a mulher e para a criança.

Os colonizadores trouxeram o modelo europeu das saloias, inicialmente intencionado às índias, porém, com a recusa, foi imposto às escravas negras que desmamavam seus filhos para alimentar e cuidar dos filhos dos senhores de engenho¹. Os escravos eram vistos apenas como mão-de-obra e a mulher e a criança, por suas condições físicas mais frágeis, somente passaram a ter valor comercial quando se tornaram produtoras de leite⁶.

A INFLUÊNCIA EUROPEIA E O APARECIMENTO DA FIGURA DA AMA DE LEITE

No século XVII, com a influência europeia, o ato de amamentar passou a ser visto como repugnante pelas camadas mais altas da sociedade. Para praticá-lo, a mulher teria que ficar escondida, o que interferiria em sua vida social e conjugal. Para as mulheres europeias pertencentes às classes sociais dominantes, o amor materno não tinha valor social e moral, fato que as levava a considerar a amamentação uma tarefa indigna para uma dama, comportamento que

foi copiado pelas demais classes sociais como forma de distinção social¹¹.

Segundo Prado¹², os maridos se queixavam da prática do aleitamento do filho pela esposa, alegando ser um atentado à sua sexualidade e restrição ao seu prazer. Demonstravam desprezo pelas mulheres que amamentavam, pois diziam que ficavam cheirando a leite. Além disso, era recomendação médica da época a proibição das relações sexuais durante a gestação, assim como por todo o período de amamentação¹².

Em relação à adolescência, os casamentos no século XVII ocorriam quando as mulheres ainda eram muito jovens. Frola¹³ mostra que a maternidade na adolescência era estimulada em tempos relativamente próximos, fato que nos leva a refletir que sua ocorrência sempre existiu, mas a forma de interpretar o fenômeno foi alterada. Costa¹⁴ diz que durante o Brasil Colônia, homens de 60 anos costumavam casar-se com moças de 12 e tinham uma família na qual a esposa parecia filha e os filhos, netos.

Araújo¹⁵ destaca que, da antiguidade à idade média, a maioria dos casamentos era um negócio de família, arranjado pelos pais e não consagrava um relacionamento amoroso. O principal papel do casamento era servir de base a alianças, cuja importância se sobrepujava ao amor e o sexo era apenas para reprodução.

Neste sentido, Galland¹⁶ afirma que a juventude é uma invenção social, historicamente situada e socialmente construída. Altmann¹⁷ destaca que somente a partir do século XVII a passagem da infância para a idade adulta foi se prolongando, deixando de ser uma transição curta para exigir cada vez mais investimentos em termos de educação.

No que se refere ao aleitamento materno, Badinter¹⁸ relata alguns argumentos das mulheres em séculos passados (XVII; XVIII) no tocante a rejeição de amamentar seus filhos, como sendo uma prática maléfica para a mãe e pouco conveniente, ou seja, estaria desperdiçando um humor precioso e necessário à sua própria sobrevivência e, além disso, sua sensibilidade nervosa

estaria alterada em razão do choro da criança.

Muitas mulheres utilizavam ainda o argumento estético, acreditando que se amamentassem perderiam a beleza dos seios, um bem essencial, pois eles se modificariam, ficando amolecidos. Outra argumentação de ordem social e moral para a recusa da amamentação era que essa prática constituía um ato pouco digno para a mãe – consideravam que amamentar o próprio filho era vergonhoso e demonstrava que a mulher nutriz não pertencia a uma melhor casta social¹².

Uma opção para substituir a amamentação sem prejudicar a alimentação do bebê era utilizar as amas de leite. Bosi¹⁸ afirma que “a moda de enviar os filhos para casa de uma ama conquistou as famílias de uma maneira irreversível”, como confirma Azevedo¹⁹:

O Príncipe João de Orleans e Bragança casou-se em 1785, aos 18 anos de idade com a Princesa Carlota Joaquina de 10 anos de idade. O casamento só foi consumado quando ela apresentava 15 anos. Ela foi mãe de nove filhos, a primeira (D. Maria Teresa de Bragança) aos 18 anos, em 1793. D. Pedro I foi seu quarto filho, tendo nascido em 1798. Seus filhos foram amamentados por amas de leite, segundo o costume da época¹⁹.

No final do século XVIII surgiu a preocupação do Estado com a mortalidade infantil. Prado¹² mostra que na época moralistas, filósofos e médicos lançaram mão de vários argumentos para convencer a mãe de sua função tradicional de amamentar e cuidar dos filhos, sendo preciso apelar para o senso do dever e da culpa em relação ao seu compromisso enquanto mãe e nutriz.

O sacrifício para amamentá-los passou a ser considerado um ato digno e a sobrevivência dos filhos passou a ser responsabilidade da mãe. Badinter¹¹ destaca que esta mulher pertencia à classe média e que as mulheres de classes menos favorecidas, que precisavam trabalhar para ajudar no sustento da família, continuavam a entregar seus filhos a amas de leite ou mesmo atuando como uma na cidade.

Neste momento da história, conforme diz Araújo¹⁵, o amor e o casamento, tal como os co-

nhecemos hoje, ganharam feição, e a sexualidade passou a ocupar um lugar importante dentro do casamento.

SÉCULO XIX: UM NOVO COMPORTAMENTO SOCIAL PARA A MULHER

No século XIX, o descontrole populacional estava evidente e a criança começou a ser vislumbrada como força de trabalho para o crescimento e sustentabilidade do Estado. Paralelamente, existia preocupação da Igreja em manter a mulher submissa à figura masculina, no intuito de controlar sua sexualidade⁶.

Segundo Badinter, até meados do século XIX, o comportamento materno não era unificado e a mulher reagia de acordo com sua classe social. As mulheres pertencentes às classes mais favorecidas mantinham os filhos junto a si. Já as mais pobres precisavam trabalhar e confiavam os filhos às amas de leite. "Assim, o desmame, que já havia sido cultivado por séculos, deu espaço à cultura em prol do aleitamento materno como uma obrigação"⁹.

Em Dom Casmurro, obra literária de Machado de Assis, encontram-se diversos exemplos da realidade social, econômica e cultural do século XIX, na qual a inclusão da mulher na sociedade dependia do casamento, em sua grande maioria por interesses ou conveniências. A protagonista Capitu é resultado de um estereótipo de adolescente, cuja representação escolhida para ela seria a de esposa dedicada e fiel, e mãe de quantos filhos Deus lhe permitisse conceber²⁰. Neste período, o amor de mãe torna-se indissociável do ato de amamentar: sem amamentação não havia amor, o que mostra um novo tipo de comportamento social da mulher.

Na metade do século XIX, muitas pesquisas buscavam um substituto para o leite materno, orientadas pelos interesses da indústria de alimentos. Os profissionais de saúde consideravam estar proporcionando melhor nutrição para as crianças, observando-se redução na prática do aleitamento materno. A solução para os proble-

mas da alimentação da criança passa a ser visto pelas mães através do marketing desempenhado pelas indústrias¹⁸.

Ao final do século XIX e início do século XX, o Brasil buscava a urbanização e a indústria do leite encontrou facilidade para se instalar e solidificar, vendendo a ilusão de saúde e modernidade⁶. Chegam ao país os primeiros leites industrializados, os chamados leites evaporados ou condensados, sendo associados e conhecidos como o leite "ideal" para as crianças, e passaram a ser uma opção em detrimento das amas-de-leite e do aleitamento materno.

A corporação médica passou, progressivamente, da condenação do desmame ao estímulo ao aleitamento artificial. Os médicos, em seu discurso, não renunciaram às superioridades do aleitamento materno, mas passaram a estimular de forma subliminar a alimentação com mamadeira (...)⁸.

DA PRÁTICA MERCENÁRIA DA AMAMENTAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

A depender do momento histórico e da intencionalidade atribuída ao ato de amamentar, os aspectos relacionados à natureza e à cultura, ou seja, à biologia e à sociedade, ora se separam ora se mesclam. A abordagem compreensiva da amamentação permite perceber, por vezes, que um hábito cultural, para ser assimilado, foi tratado como instintivo, natural e biológico, ao qual não cabe nenhum tipo de questionamento. Em outras oportunidades, particularmente no curso da década, o tradicional reducionismo biológico vem observando progressiva tendência de substituição, cedendo lugar a interpretações culturais que não reduzem o ser humano à condição de um mamífero qualquer⁸.

Os higienistas passaram a condenar rigorosamente o aluguel de escravas como amas-de-leite⁸. O fato coincide com o surgimento da era desenvolvimentista, no período pós-guerra, quando nasceu um novo mercado de trabalho para as mulheres na indústria, e, assim, surgiu

o avanço da tecnologia para a conservação do leite de vaca e o aparecimento de alimentos infantis industrializados¹².

Segundo Almeida⁸, a partir do século XX, o discurso ideológico do aleitamento materno ressurgiu com vigor valorizando a amamentação como instinto natural, inato e biológico. Neste período, o processo de industrialização/urbanização gerou um momento na história das sociedades capitalistas, no qual a prática do aleitamento materno cedeu lugar ao aleitamento artificial¹².

A literatura mostra que o abandono da prática da amamentação ocorreu, entre outros fatores, devido à participação da mulher como mão-de-obra no mercado de trabalho, a valorização da estética da beleza e as propagandas de determinados tipos de leite em pó, mamadeiras e bicos. Prado¹² diz que o avanço tecnológico atendeu, por um lado, a liberação da mulher para o mercado de trabalho, e por outro, contribuía para o consumo cada vez maior de leite, atendendo ao objetivo do lucro da indústria do produto.

Outro fato que merece destaque é que, durante a maternidade, a mulher costuma vivenciar uma mistura de sentimentos, que inclui a ansiedade em relação à lactação. Segundo Prado¹², este comportamento parece decorrer da visão cultural de nossa sociedade, em que a mãe é responsável pela proteção de sua criança. Prado¹² parte do pressuposto de que a mãe adolescente requer maior esforço de adaptação à prática de amamentar, assim como à sua própria situação de mãe, visto que está em fase de adaptação no mundo adulto.

É de conhecimento geral que a maternidade é um dos fenômenos biológicos mais importantes da espécie humana, na medida em que a continuidade da espécie é garantida através da reprodução e como tudo na natureza (a propósito, conceito este algo confuso para os homens de nosso tempo); tem seu momento biológico adequado para ocorrer em nossa prática social. No Brasil, ao contrário disso, tem ano após ano, possibilitado a inserção de milhares de jovens precocemente nessa importante fase existencial de nossa espécie²¹.

Assim, a família representa papel fundamental para a amamentação, ao atuar como fonte de apoio e acolhimento à adolescente e ao bebê, conforme nos mostra Santos²².

A rede social pode fornecer ao indivíduo tanto apoio instrumental (ajuda financeira, divisão de responsabilidades, etc.) quanto emocional (afeto, suporte, simpatia, preocupação, prestação de informações, etc.), e os indivíduos que integram a rede social de apoio e as funções que executam variam, segundo o contexto histórico, social e cultural, e segundo o estágio de desenvolvimento pessoal e familiar, assim como a própria rede se altera durante períodos de transições²².

Silva⁹ afirma que os valores sociais sobre a maternidade são contraditórios: por um lado, a maternidade é dignificada e valorizada; por outro, a sociedade oferece pouco suporte às mulheres no seu desempenho do papel de mães. Durante anos, foi utilizada a prática de fornecimento de produtos lácteos aos profissionais de saúde (médicos e nutricionistas, em especial), estratégicos para o fornecimento de mensagens dirigidas às mães. “Assim, a amamentação foi transformada em evento meramente biológico e diretamente relacionado aos interesses e expectativas do Estado e do poder médico”⁸.

O desmame, que já havia sido cultivado por séculos, deu espaço à cultura em prol do aleitamento materno como uma obrigação. Os higienistas, que representavam o poder médico, defendiam a prática da amamentação e pregavam que o leite das amas de leite era fonte de transmissão de doenças e comportamentos repulsivos para as crianças. A imposição do aleitamento materno era apoiada em discursos de defesa da criança e culpabilização da mulher⁶.

A partir da década de 1980, o Brasil passou a experimentar importantes transformações sociais no cenário do aleitamento materno, com o desenvolvimento de uma política estatal focada na temática. Criou-se o Grupo Técnico Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (GTENIAM), cuja finalidade era de se estimular e promover o aleitamento materno em todo o país e combater a mortalidade infantil e a desnutrição.

Em 1981, foi criado o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (Pniam), que se transformou no principal órgão de proteção e promoção do aleitamento materno, com o desenvolvimento de ações e projetos, como os bancos de leite humano e a capacitação de profissionais de saúde. O aumento na prevalência de aleitamento materno contribuiu para a melhoria da qualidade de vida e impactou de forma direta os índices de mortalidade infantil, reduzindo-os de forma considerável em todo território nacional⁸.

Almeida⁸ mostra que “a superioridade da amamentação natural tornou-se unanimidade científica no final da década de 80”. A mulher voltou para o centro da cena como grande responsável pela saúde do filho. Outras ações surgiram no cenário das políticas públicas para apoiar e promover o aleitamento materno, como, por exemplo, a implementação do Programa Iniciativa Hospital Amigo da Criança, em 1992, e a expansão da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, inaugurada em 1998.

Almeida⁸ diz que, diante dessa nova perspectiva, um novo foco sobre a mulher começou a ser estabelecido, já que ela não podia continuar a ser tratada apenas como mãe-nutriz, responsável pela saúde do bebê e culpada pelo desmame precoce.

Diante dessa mudança de pensamento, a missão dos bancos de leite humano rompeu com o antigo paradigma, e passou à condição de unidade de serviço de saúde, visando promover, proteger e apoiar o aleitamento materno, coletar e distribuir leite humano com qualidade certificada e contribuir para a diminuição da mortalidade infantil. “Tais dinâmicas permitem configurar a amamentação como um dos atributos que caracterizam a maternidade como um bem social compartilhado”⁸, ou seja, um híbrido natureza-cultura.

Em verdade, em todos os momentos da história do Brasil, o aleitamento materno esteve presente, porém, variaram de acordo com a classe social pertencente e interesses da sociedade. Diante dessa constatação, não pretendemos

esgotar o tema, mas ampliar a discussão sobre a compreensão da interface gravidez na adolescência e aleitamento materno como um híbrido natureza-cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de adolescência que empregamos nos dias de hoje é relativamente novo e faz parte de um processo sócio-histórico. Percebemos, através da nossa história, que no passado era comum que adolescentes se casassem e se tornassem mães, como as índias tupinambás que engravidavam ainda muito jovens e amamentavam seus filhos. Com o passar dos séculos, o aleitamento materno passou a ser visto como prática socialmente reprovável e, mais adiante, passou a receber incentivo do Estado, Igreja e poder médico.

Observa-se que nessa trajetória construída, as transformações sociais fizeram surgir novas imagens de mulher e de infância, que contribuem para adiar a idade socialmente aceita para uma primeira gravidez. O aleitamento materno passou a ser valorizado e as estratégias para que a mulher aceite esta prática ganharam grande aliado com a entrada do Estado na construção de políticas públicas que protegem os direitos da criança e incentivam o aleitamento. No entanto, constatamos que existe imposição de valores que limitam o protagonismo da mulher nessa prática.

A história da amamentação e da gravidez na adolescência, vista como uma construção social, aponta mudanças importantes tanto no comportamento da mulher como no significado que lhe atribuímos. Por isso, não se pode explicar suas formas e variações sem examinar o contexto em que se formaram. O indivíduo sofre influências de fatores da sociedade e do grupo ao qual pertence que, segundo Latour², é construído tanto pela natureza quanto pela cultura. Sendo assim, a maternidade na adolescência e a opção de amamentar não podem ser vistas apenas como fenômeno natural ou fisiológico, sem levar em conta as condições históricas e sociais.

> REFERÊNCIAS

1. Ariés P. História social da criança e da família. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 279 p.
 2. Latour B. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Editora34, 1994.
 3. Pacheco MJT. A experiência da maternidade em adolescentes: entre sentimentos e decisões. [Dissertação]. São Luis. Universidade Federal do Maranhão, 2001.
 4. Caldwell T. O médico de homens e almas. Tradução de Aydano Arruda. 25.ed. Rio de Janeiro: Record; 1998. 639 p.
 5. Pinheiro VS. Repensando a maternidade na adolescência. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Estudos de Psicologia. 2000; 5(1):243-51.
 6. Bacco PAM. Comunicação e relação interpessoal na amamentação: contradições no cuidado da Enfermagem frente à mulher que escolhe desmamar precocemente. [dissertação]. Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2007.
 7. Ferruzzi FT, Aranda, GM, Rocha, ST, Mendes, TG. Redução da idade penal: uma questão em debate. [Monografia]. São Paulo. Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente; 2004.
 8. Almeida JAG. Amamentação: um híbrido natureza-cultura. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
 9. Silva AAM. Amamentação: fardo ou desejo? Estudo histórico social dos deveres e práticas sobre o aleitamento na sociedade brasileira [Dissertação]. São Paulo. Universidade de São Paulo; 1990.
 10. Mellatti JC. Índios do Brasil. São Paulo: EDUSP; 2007. 304 p.
 11. Badinter E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1995. 370 p.
 12. Prado MABC. Amamentação: vivências representadas de mães adolescentes [Dissertação]. Rio de Janeiro. Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1997.
 13. Frota LM. Mães antes do tempo: a construção da maternidade em adolescentes de classe média. [Dissertação]. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro; 2003.
 14. Costa J. Ordem médica e norma familiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal; 1999.
 15. Araujo MF. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicol Ciênc Prof.* 2002; 2:70-7.
 16. Galland O. Les jeunes. 5. ed. Paris: La Découverte; 1996.
 17. Altmann H. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social. *Educ. Rev.* 2007; 46:287-310.
 18. Bosi MLM, Machado MT. Amamentação: um resgate histórico. *Cadernos ESP - Escola de Saúde Pública do Ceará.* 2005; 1(1):17-25.
 19. Azevedo FLN. Carlota Joaquina na corte do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 400 p.
 20. Pereira JL. Aspectos históricos da gestação em adolescentes. In: Monteiro DLM, Trajano AJB, Bastos AC. *Gravidez e adolescência.* Rio de Janeiro: Revinter, 2009. p. 3-15.
 21. Provetti J. Maternidade e sociedade. In: Monteiro DLM, Trajano AJB, Bastos AC. *Gravidez e adolescência.* Rio de Janeiro: Revinter, 2009. p. 26-30.
 22. Santos SM, Menandro PRM. Relatos de mães com bebês internados em UTI neonatal sobre relações familiares e conjugais. *Rev. Bras. Crescimento Desenvolv. Hum.* 2005; 15(2):22-35.
-